

NARRATIVAS COLABORATIVAS E ARQUEOLOGIA PÚBLICA: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NAS COMUNIDADES CALDEIRÃOZINHO, JATOBÁ DOS FERROS E DO MUNICÍPIO DE JUREMA-PI

Lucas Ribeiro dos Santos Assis¹

Alencar de Miranda Amaral²

Resumo: Este trabalho coaduna com os preceitos teórico metodológicos da arqueologia pública e está sendo realizado com a colaboração de moradores das comunidades de Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros e do município de Jurema localizados no Sudeste do Estado do Piauí. Nosso objetivo é analisar a construção de um discurso patrimonial a partir dos posicionamentos dos moradores destas comunidades, buscando compreender se nossos interlocutores consideram tais bens materiais como algo de valor e importância, ou constroem narrativas afetivas sobre espaços e locais que poderiam ser identificados como “lugares de memória”. A partir desse cenário, buscamos problematizar as medidas oficiais de preservação, guarda e proteção dos bens patrimoniais, bem como refletir sobre as possibilidades de uma parceria entre comunidade e academia, nas quais as questões arqueológicas e patrimoniais sejam abordadas e compreendidas numa perspectiva multivocal e democrática. **Palavras-chaves:** Patrimônio; Memória; Comunidade.

Abstract: In line with the theoretical methodological precepts of public archeology, the present work is being carried out with the collaboration of residents of the communities of Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros and Jurema, located in the southeastern state of Piauí. Our goal is to analyze the construction of a heritage discourse based on the positions of the residents of these communities, seeking to understand whether our interlocutors consider such material goods as something of value and importance, or build affective narratives about spaces and places that could be identified as “places of memory”. Based on this scenario, we seek to problematize the official measures for the preservation, custody and protection of heritage assets, as well as reflect on the possibilities of a partnership between the community and the academy, in which archaeological and heritage issues are addressed and understood in a multivocal and democratic perspective. **Keywords:** Heritage; Memory; Community.

¹ Mestrando em Arqueologia pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia (Univasf). E-mail: lucasarqueologia@gmail.com

² Docente do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial/ Programa de Pós-graduação em Arqueologia (Pparque), Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: alencar.univasf@gmail.com

Introdução

Atinente aos preceitos teóricos e metodológicos da Arqueologia Pública e Comunitária o presente trabalho visa promover o levantamento dos bens patrimoniais de Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferro e do município de Jurema localizados no sudeste do estado do Piauí. Para tanto, contamos com a colaboração dos moradores locais, que foram os responsáveis pela identificação destes bens, materiais e imateriais, bem como pela elaboração de uma narrativa histórica e afetiva sobre os mesmos.

Nesse processo foi necessário atuar com os indivíduos e grupos sociais que se ofereceram a colaborar com essa pesquisa, sendo estes os responsáveis por guiar nossa narrativa e direcionar os caminhos que esse trabalho está seguindo.

Assim, lançamos mão dos métodos da Etnografia Qualitativa para formarmos uma rede de colaboradores com os quais temos dialogado com o intuito de identificar os bens patrimoniais locais. Bem como, elaborar narrativas colaborativas sobre esses bens que sejam atinentes as categorias, memórias e sentimentos representativos das relações que os moradores locais desenvolveram com certos objetos, locais ou histórias.

Aportes Teóricos

Narrativas Colaborativas e Arqueologia Pública

Narrar o passado é o mesmo que rememorar, e segundo Quitana (1997 apud Cunha 2003), na mente e na boca de quem rememora “o passado é uma invenção do presente”. Assim sendo, arqueólogos, historiadores e cientistas sociais que, de modo geral, lancem mão das fontes orais devem estar cientes que as narrativas por eles coletadas proporcionam fundamentalmente uma “reconstrução do passado como fragmento que compõe o mosaico dos significados do sujeito que rememora” (Quitana 1997 apud Cunha 2003).

Isto posto, estrutura-se nessa pesquisa laços que são construídos pela conversa, e relações que são fortalecidas através das narrativas daqueles que demonstram interesse em contar suas histórias e visões de mundo. Portanto, em consonância com as palavras de Cunha (2003), defendemos que:

Ao oferecermos ao ser humano um espaço adequado de conversa e rememoração de sua história oral e das suas histórias de vida, possibilitamos um reconhecimento de sua humanidade e a reapropriação de sua história, potencializando sua existência (Cunha, 2003:73).

Do mesmo modo, ao definir a conversa como um fluir entrelaçado entre a linguagem³ e a emoção, Matuana (1998 apud Cunha, 2003) chama a atenção que no processo de interação com os outros, a construção de narrativas ou falas esta intrinsecamente vinculada às emoções do narrador. Além disso, essas narrativas também envolvem as emoções dos ouvintes, visto que o emocionar é um aspecto de nossa convivência com os outros. Neste sentido, no processo de elaboração e registros das narrativas que compõe o presente trabalho, o emocionar e suas particularidades não foram um elemento desprezado, mesmo que tido como acientífico por um academicismo positivista.

Portanto, é necessário devolver a palavra à criança, ao louco, às minorias sociais, raciais, sexuais, oprimidas. Por detrás da vontade espontânea saída da "boca" dos bons selvagens do século XX contra a instituição, a escrita, o poder, emerge o apelo da vivência, do indivíduo cotidiano, da família, da sexualidade, do nascimento e da morte que vai resultar na busca de identidade e na nostalgia passadista, na moda do biográfico e no retorno às raízes (Foucault, 1966 apud Moraes:23).

Assim, acreditamos que as narrativas colaborativas podem ser consideradas não apenas como transmissão de informação, mas como efeito de sentidos e sentimentos entre interlocutores que compartilham elementos do seu contexto social⁴. Os interlocutores, a situação e as condições de produção, a conjuntura histórico-social, constituem o sentido da sequência verbal produzida a qual denominamos de narrativas. Quando algo é dito, esse alguém, que pertence a determinado lugar na sociedade, transmite informações para outro alguém que pertence a outro lugar na sociedade, construindo nessa relação um elo de significações (Orlandi, 1983).

³ A linguagem constitui-se como uma forma de interação e atividade especificamente humana, mediadora e produto das relações que se instauram no interior e nos limites de um determinado contexto sociocultural. Dada a natureza histórica e social da linguagem, os sujeitos passam a compreender-se no contexto de uma mediação linguística como relação constitutiva, ação que se modifica e se transforma (Orlandi, 1983).

⁴ Processos histórico-sociais entram em jogo na constituição da linguagem, em se tratando de processos, não consideramos nem a sociedade como um dado, ou a linguagem como um produto. O discurso pode ser visto como a instanciamento do modo de se produzir linguagem, isto é, no discurso se explicita o modo de existência da linguagem que é social (Orlandi, 1983).

Portanto, as narrativas colaborativas envolvem a promoção de diálogos, entre indivíduos de diferentes posicionamentos sociais, econômicos, críticos, políticos e ideológicos; e, deste modo, são produzidos discursos mais democráticos, simétricos e multivocais. Algo, que há algum tempo vem sendo almejado e defendido pelos adeptos da chamada Arqueologia Pública.

De modo geral, a Arqueologia Pública possui matizes variadas em diferentes países. Desenvolvendo-se em consonância com as circunstâncias socioeconômicas e políticas sob as quais a arqueologia, a divulgação e o envolvimento do grande público nas pesquisas arqueológicas, esteve vinculada em cada país.

Apesar disso, segundo Merriman (2004 apud Richardson, Almansa-Sánchez, 2015), poderíamos identificar dois modelos de arqueologia pública. O primeiro, que se deriva das disciplinas da Comunicação, é denominado como “Modelo de Déficit”, e esta pautado na ideia da necessidade dos especialistas promoverem uma melhor compreensão pública da ciência, “tanto por seu valor econômico, como por seus benefícios para a cidadania”. Assim, estariam vinculados a esse modelo os projetos arqueológicos que apregoam a “necessidade de arqueólogos profissionais e especializados, educarem o público (amorfo), sobre como apreciar a arqueologia corretamente” (Merriman, 2004 apud Richardson, Almansa-Sánchez, 2015).

O segundo modelo, seria o das Múltiplas Perspectivas, sendo preconizada a agência dos diferentes atores sociais no trato com os bens arqueológicos como um elemento essencial para promoção de valores públicos fundamentais em relação à arqueologia. Em trabalhos desta natureza, os arqueólogos devem desenvolver estratégias que permitam e estimulem o envolvimento do grande público com os bens e questões arqueológicas. Sendo intrínseco um desejo de enriquecer a vida das pessoas e estimular o pensamento, a emoção e a criatividade (Richardson, Almansa-Sánchez, 2015).

Outros três modelos para a prática da Arqueologia Pública, são apresentados por Holtorf (2007 apud Richardson, Almansa-Sánchez, 2015): o Modelo Educação; o Modelo de Relações Públicas; e o Modelo Democrático. O primeiro modelo, defende que os arqueólogos precisam apoiar o público para ver o passado e a ocupação do arqueólogo nos mesmos termos que os próprios arqueólogos profissionais. O segundo modelo, sugere que uma melhora nas condições sociais, econômicas e políticas, e o crescimento do apoio ao setor arqueológico profissional, só ocorrerá

se os arqueólogos puderem melhorar sua imagem pública. Por fim, o terceiro modelo, propõe que todos, independentemente de educação, profissão ou treinamento - devem ser apoiados para que desenvolvam seu próprio entusiasmo e interesse "de base" na arqueologia (Richardson, Almansa-Sánchez, 2015).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Matsuda e Okamura (2011 apud Richardson, Almansa-Sánchez, 2015), propõem que os trabalhos em Arqueologia Pública se distingue quatro abordagens: Educacional; Relações Públicas; Crítico; e Multivocal. Na primeira, os especialistas assumem o compromisso de educar e comunicar ao público leigo a respeito da ciência arqueológica. A segunda abordagem teria as mesmas características apresentadas por Holfort (2007 apud Richardson, Almansa-Sánchez, 2015). Já na terceira vertente, o foco estaria no exame das relações de poder na negociação, gerenciamento e interpretação dos materiais e da prática arqueológica. Por fim, na quarta abordagem, se reconhece a viabilidade, e a necessidade, da promoção de múltiplas e diferentes apropriações e interpretações dos materiais arqueológicos, que devem ser realizadas por indivíduos e grupos sociais dos distintos contextos socioculturais da sociedade contemporânea (Richardson, Almansa-Sánchez, 2015).

Em nosso trabalho, buscamos conjugar as diretrizes dos modelos Democrático e Multivocal. Reconhecendo que, todos, independentemente de educação formal, profissão ou treinamento devem não apenas ser estimulados a entrarem em contato com os temas arqueológicos, mas, sobretudo, tem o direito de estabelecer relações com os bens e o conhecimento arqueológico que sejam engendradas para os seus próprios anseios e pautadas em seus próprios sistemas de significação. Acreditamos que esse seja um caminho viável para a superação das assimetrias entre o "conhecimento acadêmico e o conhecimento popular". Possibilitando a consolidação de uma relação dialógica entre pesquisadores e colaboradores, e fomentando a fruição democrática do patrimônio arqueológico.

Portanto, consideramos a Arqueologia Pública bem mais do que um amontoado de métodos ou técnicas para a divulgação das pesquisas arqueológicas. Arqueologia Pública é uma prática arqueológica que busca posicionamentos sociais e políticos, dotados de princípios éticos, democráticos e plurais, onde a ciência rompe com construções hegemônicas que dão relevância ao eu (pesquisador) X o outro (objeto de pesquisa). Assim, o desafio é desenvolver práticas e

narrativas arqueológicas multivocais, capazes de respeitar e refletir as especificidades de contextos locais (Hooder, 2011).

Nesse mister, é essencial reconhecer a impossibilidade de uma Arqueologia Pública geral, única e homogênea; visto que, o conceito de "público" e "arqueologia" está social, cultural e geograficamente situado. Além disso, como discutido por Hooder (2011), na contemporaneidade, diferentes grupos sociais tem defendido sua afiliação e reivindicado seu direito de acesso e interpretação de contextos arqueológicos particulares. Deste modo, criam-se novas expectativas e narrativas sobre os bens arqueológicos e o passado de modo geral, e o desafio para os arqueólogos passa a ser "ouvir" e dar visibilidade as "vozes" locais (Hooder, 2011).

Nessa perspectiva, a arqueologia deveria contribuir para a elaboração de narrativas colaborativas e multivocais sobre o passado, imaginado ou institucionalizado. Todavia, embora as diretrizes internacionais especifiquem a importância da participação comunitária e envolvimento do grande público na gestão e preservação do patrimônio arqueológico (Curry, 2004), raramente há um processo efetivo de avaliação e incorporação das diferentes formas de interesse 'local', ou um planejamento e avaliação dos efeitos, a longo prazo, do gerenciamento deste patrimônio (Hooder, 2011).

Para superação destas lacunas, os arqueólogos devem promover ações que além de fomentar a integração de membros das comunidades locais nas pesquisas e no trato com os bens arqueológicos; estejam em consonância com os anseios e perspectivas locais. Para tanto, é essencial problematizarmos como a arqueologia vem construindo e utilizando seus dados, bem como assumirmos uma postura crítica dos interesses aos quais as pesquisas arqueológicas devem estar vinculadas (Hooder, 2011).

Portanto, podemos perceber que a Arqueologia Pública pode ser compreendida tanto como uma prática disciplinar quanto como uma posição política e teórica. Podendo ser exercida através da democratização do fazer arqueológico com a incorporação das narrativas locais, administração colaborativa dos bens patrimoniais, envolvimento do público, preservação e administração de recursos arqueológicos. Portanto, a Arqueologia Pública é tanto uma atividade

quanto um conceito teórico, e opera em uma ampla variabilidade de aspectos da sociedade e contextos acadêmicos.

Memória

Memória, do ponto de vista neurológico, não se localiza em uma estrutura isolada do cérebro, ela é um desempenho nervoso elementar que envolve a aliança entre diversas partes e regiões isoladas do cérebro, que funcionam juntas, num processo complexo de reações neuroquímicas em cadeia e circuitos interligados de células nervosas (neurônios). A memória é a própria rede, e não algo dentro dela (Gomes, 2015).

Existem muitas possibilidades de intercomunicação entre os neurônios, sendo que cada uma delas pode gerar memórias. A memória é algo que de certo modo, é impossível se estabelecer um controle, como num processo natural, pode ser comparada metaforicamente a lei da inércia. Uma memória guardada “que não vêm a recordar”, permanece estática, sem percorrer trajetórias internas na mente do indivíduo - mesmo essa não retornando ao presente, até que se prove o contrário - essa não deixa de existir. Entretanto, uma memória que “recebe certa força motriz ou movimento para recordar”, tende a percorrer os caminhos da mente do indivíduo retornando essa estrutura cognitiva guardada ao presente (Gomes, 2015).

Memorar, rememorar, lembrar, reviver, visualizar, guardar e retornar a essas devidas estruturas cognitivas sempre que forem necessário intuitivamente ou naturalmente, são processos vivenciados pelo indivíduo dotado de uma memória ligada ao passado e apresentada no presente. Para que esses processos sejam desencadeados, Halbwachs (1990) afirma que é necessário que seja cultivada a “semente da rememoração⁵”, ou seja, é preciso algo que estimule o indivíduo a se lembrar de determinado fato ou acontecimento. Assim, uma determinada pergunta, um objeto, uma data ou local podem assumir o papel de “sementes da

⁵ Para algumas lembranças reais juntam-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias, inversamente pode acontecer que os depoimentos de outros sejam os únicos exatos, e que eles corrijam e reorientem nossa lembrança, ao mesmo tempo que se incorporem a ela. Em ambos os casos as imagens se fundem intimamente com a lembrança. Dentro desse conjunto de depoimentos exteriores a nós, é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ele se transforme em uma massa consistente de lembranças” (Halbwachs, 1990:28).

rememoração”, catalisando o processo de construção da memória, que apesar de ocorrer em uma esfera individual está ontologicamente vinculado a uma estrutura coletiva.

Como anunciado por Halbwachs (1990), toda memória é coletiva, visto que a coletividade é a origem dos elementos necessários na construção dos pensamentos que estruturam a memória. Esse “modo de pensar” do indivíduo não é alcançado sozinho, sendo fruto da convivência e contato com o grupo, algo que também afeta a forma como nossas memórias são construídas e transmitidas⁶.

Uma argumentação análoga pode ser observada nos apontamentos de Pollack (1992), sobre os elementos constitutivos da memória. Segundo o autor, dois tipos de acontecimentos podem originar uma memória:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (Pollack, 1992:02).

Portanto, a construção da memória vai além do indivíduo, pois a participação de outros indivíduos, grupos, e contextos, são elementos básicos na formação de uma “memória individualmente coletiva”.

Além disso, é necessário reconhecer que a memória é seletiva, nem tudo fica gravado, nem tudo é lembrado. A memória é um fenômeno construído, e em parte herdado, que não se refere

⁶ “Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena onde outros homens eram atores ou expectadores para que, mais tarde, quando eles a evocarem diante de mim, quando reconstituírem peça por peça a sua imagem em meu espírito, subitamente essa construção artificial se anime e tome aparência de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança. Frequentemente, é verdade, tais imagens, que nos são impostas pelo nosso meio, modificam a impressão que possamos ter guardado de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida” (Halbwachs, 1990:26).

apenas à vida física das pessoas, mas que sofre flutuações em função do momento em que as pessoas estão vivendo. Assim, as “preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória”, e afetam o modo como as mesmas são articuladas ou expressas (Pollack, 1992).

Através dessa breve apresentação, podemos perceber que os estudos no campo da memória transitam entre formulações tanto individuais quanto coletivas, e que as narrativas ouvidas e registradas em campo são o resultado de lembranças e esquecimentos que apesar de influenciados por fatores neurais são regidos pelas relações sociais.

Nesse processo, a memória, os lugares, a relação temporal, as pessoas, as coisas e a transmissão de informação são compreendidas enquanto elementos basilares nos quais as narrativas e os significados elaborados por nossos colaboradores estão fundamentados. Portanto, em nosso trabalho não promovemos uma desvinculação entre determinados conceitos, considerando que estes são fundamentados em uma construção coletiva, vinculados à uma rede de significado mais ampla, parafraseando Geertz (1989).

Assim sendo, propomos que a memória, como algo que é buscado nas narrativas colaborativas, seja pensada a partir de uma determinada fórmula que visa representar seu funcionamento e/ou formação. Neste sentido, teríamos $M=C+P+T+L+E+TA$; ou seja, *coisa(s)*, *pessoa(s)*, *tempo(s)*, *lugar(es)* *eventualidade(s)* e *transmissão(s)*, são peças que somadas estruturam o que pode ser reconhecido como memória.

Coisas que pertencem ou pertenciam a um determinado **tempo**⁷, são localizados por **pessoas** em determinados **lugares**, relacionados a princípios **eventuais** que determinam o processo, onde sequencialmente são **transmitidos** de diferentes maneiras e formas de comunicação a outros ou ‘outrem’. Essas particularidades presentes nesta fórmula, que foram buscadas

⁷ Considerando o processo de transformação das (coisas, pessoas, tempo, lugares, eventualidades e transmissão) no mundo, é importante frisar que na fórmula pensada, estas estruturas em seu processo de permanência ou de transformação ao longo do tempo, é algo que é levado em consideração, sendo que este não ultrapassa a discussão núcleo de tal posicionamento. Tal fórmula é pensada em relação a análise dos casos que esse trabalho aborda, logo, é algo que de maneira alguma impõe ou generaliza o poder, amplitude e dinâmica que a memória possui, sua influência na construção da comunidade e sua participação na formação da sociedade.

durante a realização das entrevistas, constituindo a memória e o campo de visão do observador colaborador que narra sua versão e visão do mundo.

Neste mister, buscamos ao longo desta pesquisa recolher as narrativas de alguns moradores de Jatobá dos Ferros, Caldeirãozinho e Jurema, com vista a não apenas conhecer e valorizar as suas narrativas individuais sobre a história e os bens patrimoniais locais. Mas, também, para tentar compreender e problematizar como essas narrativas se interconectam com um contexto sócio-histórico, ou a uma memória coletiva como diria Halbwachs (1990), mais amplo, que quando considerado pode ser uma fonte importante para ampliação do conceito de patrimônio, bem como para o desenvolvimento de um fazer arqueológico mais democrático.

Patrimônio e Comunidades

Como sabemos, a palavra patrimônio tem sua origem ligada as estruturas familiares, econômicas e jurídicas pautada nos valores ocidentais, e atualmente o termo tem sido empregado em múltiplas adjetivações - genético, natural, histórico, etc. (Choay, 1992). Todavia, na abordagem acadêmica do tema, especialmente nas ciências sociais e na arqueologia, o conceito de patrimônio tem sido abordado tanto para análise da miríade de instrumentos legais que regem sua definição, posse, preservação, etc; quanto para a discussão dos aspectos políticos, sociais e históricos associados à definição deste conceito e dos “bens” (materiais e imateriais) que ele passa à designar.

Como é apontado pela bibliografia especializada, desde o final do século XVIII e início do século XIX, tem se atribuído aos bens patrimoniais, funções pedagógicas e políticas. Diferentes países têm desenvolvido estratégias e ações de “preservação”, voltadas a identificação, coleta, restauração e conservação de bens patrimoniais, utilizados como exemplares, e/ou representantes, da história e da identidade de suas nações. Assim, muitas das vezes, objetos foram expostos em museus com o intuito de reforçar as dicotomias entre aquilo que era considerado primitivo x civilizado; exótico x familiar; popular x erudito; e dessa maneira se delimitava quais bens se adequavam à categoria de patrimônio (Gonçalves, 1996).

Essas práticas patrimoniais, ressaltavam o processo inexorável de “destruição”, onde valores, instituições e objetos associados a uma “cultura, tradição, identidade ou memória nacional”

tendem a se perder, “deixam de existir”. Logo, esse processo estrutura a destruição e homogeneização do passado e das culturas, tomando como dado o presente narrado como uma situação de perda progressiva (Gonçalves, 1996). Segundo Gonçalves (1996):

Os efeitos desse esquema de pensamento em termos de práticas envolvendo os chamados patrimônios culturais será o de desenvolver um interminável trabalho de resgate, restauração e preservação de fragmentos visando a reestabelecer uma continuidade com aquela situação originária (Gonçalves, 1996:23).

Neste cenário, a noção de apropriação ganha relevância nos discursos sobre patrimônio. Apropriarmo-nos de alguma coisa implica uma atitude de poder, de controle sobre aquilo que é objeto dessa apropriação, implicando também um processo de identificação por meio do qual um conjunto de diferenças é transformado em identidade (Gonçalves, 1996). Nas narrativas nacionais sobre o patrimônio, essa apropriação é entendida como ação de preservação e definição de identidade, e, assim sendo, “uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio” (Gonçalves, 1996:24). Desse modo, fomenta-se o discurso ilusório de que o patrimônio e a identidade nacional permanecem coerentes, íntegros e idênticos entre si. Problematizando essa situação, Choay (1992), aponta que:

O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de condição de sociedade e das questões que ela encerra (Choay, 1992:2).

Nesse sentido, é interessante observar que termos como patrimônio, pátria⁸, patriarcado⁹ e patrícios¹⁰ possuem o mesmo radical, e têm seus significados, tradicionalmente, atrelados a

⁸ A genealogia do vocábulo ‘pátria’ em Homero, onde *patra*, *patris* (e seus derivados: *patrões*, *patrios*, *patriôtes*) remetem para a ‘terra dos pais’ (*hê patris*). Estes possuem uma semântica que engloba tanto o enraizamento natalício, a exemplo da fidelidade do ser a uma terra e a um grupo humano, identificado como uma herança comum, real ou fictícia. Esse termo arrasta consigo uma forte carga afetiva, resultante da sobre determinação sacro-familiar que o recobre, como uma ancestralidade que tinha o seu ponto nodal no culto dos túmulos. E esta prática não se cingia ao âmbito privado, possuindo também um valor cívico e ideológico imprescindível, visando inculcar o reconhecimento e unir, eficazmente, a pequena comunidade, ordenando à condução dos indivíduos à aceitação dos imperativos do grupo - doação que podia ir até ao sacrifício da própria vida” (Catroga, 2011:13).

⁹ De modo geral, o termo Patriarcado pode ser usado na sua forma adjetiva (como família patriarcal ou ideologia patriarcal) ou em sua forma substantiva (como um sistema, uma organização ou uma sociedade patriarcal). A forma adjetiva remete-se ao conceito weberiano de patriarcalismo, “tratando-se de um tipo de dominação em que o senhor é a lei e cujo domínio está referido ao espaço das comunidades domésticas ou formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição” (Castro; Lavinias, 1992: 237 apud Morgante, 2014).

¹⁰ No império romano, Patrícios era um grupo formado pelos patriciados, que durante os processos de transformação econômica a partir de mudanças sociais e políticas originadas com a unificação de Roma, e desintegração do antigo sistema gentílico, dando

uma condição que legitima a posse, o poder, o domínio, a hereditariedade, a limitação, a ordem, o destino. Logo, pensar patrimônio na atualidade, é reconhecer os laços com o velho mundo ocidental dominador e colonialista, onde a supremacia hegemônica formada pelas elites, detentoras e construtoras dos valores patrimoniais, objetificando a cultura e a sociedade, têm a posse do que “é de seu direito”.

Visto dessa maneira, o conceito de patrimônio escapa da construção de um bem público, e apenas reforça o poder e soberania das elites e os desejos do Estado. Todavia, é justamente essa concepção tradicional e limitada de patrimônio que buscamos problematizar e desconstruir em nossa pesquisa.

Para além da promoção de discursos oficiais e reificação de imagens hegemônicas, acreditamos que os bens patrimoniais, em suas múltiplas categorias (material, imaterial, arqueológico, histórico, etc), tem sua relevância garantida justamente por sua incapacidade de se adequar a contextos herméticos ou as concepções limitadas. Ou seja, apesar do inegável direcionamento jurídico e político do Estado e da academia a respeito daquilo que deveria ser reconhecido, valorizado e preservado enquanto patrimônio, as pessoas e comunidades elaboraram concepções próprias a respeito do tema.

Como discutido por Cardoso (2013), as relações entre sujeitos e objetos, ou entre pessoas e bens patrimoniais, são mediadas por uma miríade de fatores que não podem ser controlada pelas instituições oficiais. Reconhecer essa realidade nos ajuda a compreender que patrimônio é ontologicamente uma categoria polissêmica, que engloba diferentes materialidades, temporalidades e afetividades. E, assim sendo, em consonância com os preceitos da Arqueologia Pública, defendemos que uma abordagem adequada dos temas patrimoniais perpassa, necessariamente, pelo envolvimento e protagonismo das pessoas e comunidades que mantêm relação com os bens que pretendemos abordar.

origem ao sistema no qual algumas famílias mais se apoderaram das melhores terras e do controle político. A palavra Patrícios é derivada do termo *parter*, aquele que exercia poder supremo sobre as famílias. Logo, esse grupo formou uma aristocracia hereditária, baseada em seu poder na propriedade de terras e no domínio político de Roma (Junior & Michiles, 2014).

Para muitos, comunidade e patrimônio são confortavelmente evidentes; definidos pelos locais, histórias, valores ou nacionalidade compartilhada. No entanto, como discutido por Smith e Waterton (2009), as conexões entre comunidade e patrimônio assumem múltiplas formas. Deste modo, tanto o patrimônio pode ser usado na construção da memória e identidade de um grupo no presente, quanto pode ser uma experiência negociada e renegociada, em relação à própria noção de comunidade.

Além disso, é preciso reconhecer que a noção de “comunidade” não deve ser entendida como a representação de um grupo hermético ou de uma unidade homogênea, sendo que os indivíduos podem pertencer a mais de uma comunidade. Portanto, o conceito de comunidade designa um agregado heterogêneo e mutável de pessoas, que não necessariamente é vinculado ou definido por sua localização geográfica¹¹ (Smith, Waterton, 2009).

Assim sendo, é importante reconhecer que nesta pesquisa não estamos abordando as narrativas e concepções de toda a comunidade de Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros e Jurema. O que temos são colaborações de alguns membros destas comunidades. Todavia, apesar de individuais, e até mesmo estatisticamente limitadas se considerarmos o universo total de pessoas destas comunidades, acreditamos, assim como Halbwachs, que as narrativas registradas sobre a história e os bens patrimoniais locais são fruto de vivências coletivas, socialmente constituídas e consolidadas. Exemplificando, portanto, conhecimentos e anseios que são compartilhados com outros membros destas comunidades.

Diretrizes Metodológicas

Metodologicamente, optamos pela realização de um levantamento etnográfico para a obtenção de dados qualitativos, sendo as narrativas colaborativas as fontes primordiais para a viabilização de nossa pesquisa. O levantamento etnográfico pode ser definido como a interpretação das culturas possibilitada pela atividade de observação (Geertz, 1989); baseando-se, antes de tudo, em “escrever o que vemos” (Laplantine, 2004).

¹¹ Por exemplo, experiências compartilhadas vinculadas a questões étnicas, de classe, gênero, idade, religião, orientação sexual, crenças políticas etc; são fatores em torno dos quais as comunidades podem se definir.

Nesta perspectiva, praticar a etnografia é elaborar uma descrição mais densa possível sobre o que um grupo de pessoas faz e pensa, e analisar o significado que determinados atos ou objetos tem para elas, considerando o contexto em que vivem (Geertz, 1989). Neste sentido, o levantamento etnográfico “consiste na aceitação incondicional da realidade tal como ela aparece” (Laplantine, 2004) e deve ser regido pela abertura ao diálogo sem preconceitos e sem julgamentos (Fetterman, 1998). Portanto, nossa escolha por uma abordagem qualitativa¹² se deu por sua capacidade de permitir que o pesquisador vivencie o contexto no qual o seu “objeto de estudo” se insere, “tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (Silva, 2016).

Deste modo, a colaboração de membros das comunidades locais foi essencial para o levantamento e compreensão de nossos dados. Sendo importante ressaltar a liberdade que nossos colaboradores tiveram para questionar as informações geradas, podendo corrigir, completar ou pedir que determinados pontos não fossem apresentados no trabalho. Portanto, buscamos atender as premissas da arqueologia pública no que se refere à promoção de práticas éticas e democráticas na execução de nossa pesquisa.

Nesse processo, a realização de entrevistas semi-estruturadas (sem a definição de um roteiro prévio, mas com alguns eixos temáticos definidos) foi escolhida por facilitar o estabelecimento de um diálogo com nossos colaboradores, e, simultaneamente, permitir abordar uma ampla gama de temas. Assim, as entrevistas foram realizadas com os indivíduos das comunidades que aceitaram o convite para contribuir com a pesquisa, ou que, tomando conhecimento e despertando interesse pelo projeto que está sendo desenvolvido na área, se ofereceram a participar.

¹² A origem da pesquisa qualitativa já se encontra “convincentemente documentada” e remonta aos estudos do alemão Franz Boas, considerado o primeiro antropólogo a residir nos contextos de origem de seus informantes, ainda que em curtos períodos de tempo; e aos pesquisadores da chamada “Escola de Chicago”, que prosseguiram e perseguiram a tradição antropológica do trabalho de campo – o que incidiu principalmente na “observação participante” (Santos Filho, 2001). Esta ontologicamente associada a coleta e problematização de dados que não são passíveis de serem matematizados. É uma abordagem largamente utilizada no universo das ciências sociais, quando a opção é trabalhar principalmente com representações sociais, que a grosso modo podem ser entendidas como a visão de mundo. Buscar uma explicação da realidade via abordagem qualitativa corresponde compreendê-la a partir da revelação dos mapas mentais dos sujeitos da investigação. Interessa, pois, nessa abordagem apreender as percepções comuns e incomuns presentes na subjetividade das pessoas envolvidas na pesquisa, notadamente na condição de sujeitos. Prestam-se como instrumentos de coleta de dados nessa abordagem a entrevista, questionários abertos, registros fotográficos, filmagens, técnica de discussão em grupo, observação sistemática e participante e outras que o investigador poderá criar e/ou adaptar (Mattos, 2011).

Do ponto de vista prático, no presente artigo, abordaremos as entrevistas que foram concedidas por 06 colaboradores, sendo que um número maior de narrativas será abordado na pesquisa de pós-graduação que estamos desenvolvendo. Cabe frisar que, o levantamento de dados desse trabalho iniciou no ano de 2014, quando foi gravado o relato feito por Cesaltina Assis, Osvaldo Assis e Hildemar Assis. Posteriormente, no ano de 2019, realizamos as entrevistas com Maicon Assis (9 anos), Vinícius Ferreira (13 anos), Elisa Ramos (82 anos), Pedro Santos (70 anos) e Abderval de Sousa (79 anos), além de ter ouvido outros relatos feitos por moradores que optaram por não participar diretamente das entrevistas, mas que participaram da I Exposição Arqueológica realizada em Caldeirãozinho no mês de agosto de 2019.

Atualmente, são essas pessoas da comunidade que indicam outras pessoas da mesma comunidade ou das comunidades vizinhas, que possuem coisas ou conhecem lugares que são ligados ao universo arqueológico e patrimonial. Como uma espécie de rede local de informações, onde a memória presente nas narrativas colaborativas, é a bússola que guia a pesquisa e o pesquisador, em direção aos sentidos comunitários do patrimônio.

A partir dessa construção, foi possível perceber o significado atribuído às coisas e lugares que podem incorporar sentidos patrimoniais determinados por indivíduos, famílias ou grupos comunitários, que participaram produzindo e interpretando os dados levantados. Foi a partir dessa variedade de dados que conceito de patrimônio foi problematizado, ressaltando os valores sociais comunitários que muitas vezes contradizem a visão acadêmica e/ou oficial sobre o tema.

Resultados e Discussões

Jatobá dos Ferros e Caldeirãozinho, são comunidades que pertencem ao município de Jurema-PI, localizados dentro de uma mesma área geográfica pertencente ao Corredor Ecológico, território da área arqueológica Serra da Capivara (Figura 1).

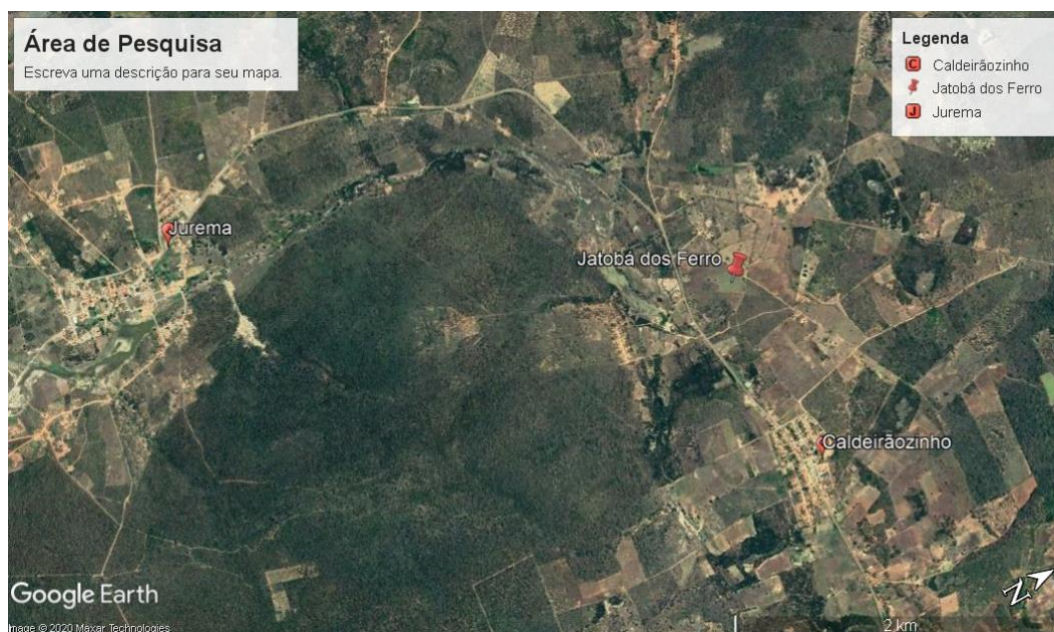


Figura 1: Localização da área de pesquisa (Google Earth, 2020).

Jatobá dos Ferros foi a comunidade que deu início a esta pesquisa, nesta comunidade, foi localizado o Sítio Arqueológico Terras de Maninho (SATM¹³), local onde Hildemar Assis e seu tio Euzébio Assis (Figura 2), conhecido como Zeba, localizaram uma urna funerária indígena na década de 1960.

Eu lembro que seu Aniba, o Zeba, tava, nós fomos arrancar batata de umbu, nesse dito umbuzeiro que a mãe viu a fumaça, só viu a fumaça não tinha fogo, eu era molecote véi, seu Aniba que era mais velho que era o cabeça; começamos a cavar ali daqui a pouco o negócio fofou, quando cruza uma galha de umbuzeiro assim em cima, a batata tá em baixo, e nós cavamos, quando fofou que ele puxou, tinha um pote véi bem grande no chão, aí alevantou a tampa desse pote véi aí disse: Eu te arrenego diabo, aqui tem um monte é de osso véi de gente, aí jogou lá e enterrou tudinho de novo”. (Hildemar Assis, Caldeirãozinho, 2014.)

Num era uma batata não Hildemar, era um Capuxu¹⁴, nós fomos lá cavar o Capuxu, aí quando nós tava lá cavando de repente apareceu um alguidar véi, eu disse, oxee, um alguidar véi aqui, aí nós quebramos a tampa, quando olhou lá dentro, cheio de osso véi de gente, aí nós só enterramos de novo e fomos em bora, tá lá até hoje. (Euzébio Assis, Jatobá dos Ferros, 2014).

¹³ Desde 2017, o SATM tem passado por intervenções associadas ao projeto Sítio Escola Terras de Caldeirãozinho, coordenados por docentes do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Univasf (para mais informações ver Amaral, Salvio e Maia, 2018). Segundo Assis (2018), esse sítio é do tipo multicomponencial, onde existem evidências como vidro lascado, que apontam para o processo de interação social.

¹⁴ Esse é um nome utilizado pela comunidade para identificar um tipo de vespa que faz sua colmeia no subsolo de umbuzeiro.



Figura 2: Entrevista com o sr. Hildemar Assis e sr. Euzébio Assis.

Esses relatos, além de exemplificarem os esquecimentos e acréscimos envolvidos no processo de transmissão oral das memórias individuais e consolidação das memórias coletivas. Observa-se, tanto nessa como nas demais narrativas que serão apresentadas a seguir, que a memória é um produto coletivo, no qual a construção dessa imagem do passado é marcada pela presença de outros personagens que permeiam esse contexto (Halbwachs, 1990).

Outro aspecto interessante desvelado pelas narrativas descritas acima, são as relações estabelecidas, ainda que momentaneamente, com o patrimônio arqueológico existente em Jatobá dos Ferros. No evento relatado por nossos colaboradores, a descoberta de uma urna funerária causou pavor e repúdio, provocando um distanciamento e certa aversão a esse artefato que é considerado um importante bem patrimonial pelos arqueólogos.

Também é interessante observar que a situação descrita está em consonância, e reforça a certeza de muitos moradores (memória coletiva) que aquele é um local “ripunoso”, que deve ser evitado conforme discutido por Isídio (2019). Sendo, um local conhecido pela recorrência de acontecimentos violentos, e pela antiga presença de indígenas, visto que algumas pessoas chamam esse local de “Cabaré de Índios e Cemitério de Índios”. Além disso, existem muitos

relatos dos moradores locais que afirmam que na área onde foi encontrada a urna funerária é comum a presença de alevusias ou livusias¹⁵.

Eu lá em Jatobá dos Ferro amanhecia o dia e ia tirar leite com o Zezinho, chegava lá eu ia pro curral e o Zezinho ficava ali na porteira, e eu tirando o leite, aí quando eu arribei a cabeça que eu olhei, eu disse, chega Zezinho, corre que tá pegando fogo no curral, tão tocando fogo ali na cerca, aí o Zezinho correu que entrou danado, quando chegou lá na cerca, tava limpinho, limpinho, num tinha fogo nem nada de difícil, só livusia, e eu disse meu filho o que será feito de uma coisa dessa, aí ele disse, mãe isso aí é das coisas que o povo diz mãe que sai, né outra coisa não, num fique com medo não, aí a gente foi pra casa, e só ficou a história no mundo”. (Cesaltina Assis, Caldeirãozinho, 2014 (Figura 3).



Figura 3: Dona Cesaltina sentada ao centro e Euzébio a esquerda.

Apesar disso, alguns materiais arqueológicos encontrados próximos ao referido umbuzeiro, foram coletados por indivíduos da comunidade, que optaram por não participar das entrevistas. Porém, em conversas informais disseram que ao caminhar por aquela área já encontraram “coriscos” (machadinhas polidas), que foram coletados e levados para casa. Esta situação sugere que, entre nossos colaboradores, as relações estabelecidas com os objetos e locais de interesse

¹⁵ Aleivosias são assombrações que se manifestam em alguns locais da comunidade (Isidio, 2019).

arqueológico são mediadas por uma complexa miríade de sentimentos e sensações, que perpassam tanto por aspectos pessoais quanto por elaborações coletivas.

Um exemplo disso, em Caldeirãozinho, seria a “Casa do Capitãozinho” (Figura 4), uma das construções mais antigas da localidade, que segundo relato dos moradores locais teria pertencido ao “fundador” da comunidade. Dona Elisa Ramos, atual proprietária do imóvel e filha de Capitãozinho, destaca à intrínseca correlação da propriedade com a história do povoado, e ressalta o valor afetivo que a edificação tem para a sua família, motivando assim sua preservação.

Essa casa foi levantada em 1934, foi casa de oração onde festejaram Bom Jesus mais de 20 anos, foi maternidade onde nasceu filhos e muitos netos, faziam missa, casamento e batizado, foi sala de aula, abrigou muita gente. Minha mãe me pediu: minha filha, nunca deixe essa casa cair. (Elisa Ramos, Caldeirãozinho, 2019).



Figura 4: Dona Elisa em Frente à Casa do Capitãozinho.

Novamente temos indícios de como uma “coisa” funciona como uma “semente da lembrança”. No caso em questão, as narrativas compartilhadas por Dona Elisa sobre a antiga casa construída por seu pai, perpassam tanto por lembranças de suas vivências familiares experienciadas naquele local, como a fatos que remetem a importância daquele espaço para a história de Caldeirãozinho. Não por acaso, diversos moradores locais nos disseram que “se estávamos procurando coisas antigas e importantes” devíamos ir à Casa do Capitãozinho. Além

disso, é tocante a forma como Dona Elisa relata seus esforços para cumprir a promessa feita a mãe, afirmando que enquanto for viva não pretende “vender ou deixar cair essa casa”, e pedindo para que os seus filhos façam o mesmo.

Sem dúvidas, numa perspectiva mais técnica ou acadêmica, o valor histórico desta construção viabilizaria sua candidatura, em termos jurídicos e burocráticos oficiais, ao posto de "patrimônio histórico local". Todavia, é interessante perceber que para os moradores locais, e em especial a Dona Elisa, que também reconhecem a relevância histórica daquela construção, os principais fatores que revelam a importância daquele lugar e que, até o momento, asseguraram sua preservação são de origem afetiva. Foram os momentos vividos em família, as rezas compartilhadas com os vizinhos, ou até mesmo o fato de ter tido um filho e, ou ter nascido naquela casa, que faz com que essa construção seja recorrentemente mencionada quando questionamos sobre os objetos ou locais importantes que devem ser valorizados e preservados. Assim, são essas lembranças e vivências afetivas, tanto quanto sua relevância histórica, que alçam a Casa do Capitãozinho à categoria que definimos enquanto patrimônio.

Ainda em Caldeirãozinho, enquanto realizávamos as entrevistas, fomos informados de um morador que poderia ter interesse em mostrar um objeto muito interessante que possuía. Assim fomos encaminhados a casa do senhor Abderval Sousa, que possui em sua residência uma rocha de grande dimensão e peso com formato esférico e que ele chama de “bola de pedra” (Figura 5). O senhor Abderval localizou esse objeto em sua roça, nas cercanias do povoado, a mais de 40 anos, levando a mesma para sua residência em Caldeirãozinho.

Essa pedra aqui eu não dou nem vendo para ninguém, uma vez a doutora Niede Guidon veio aqui em casa, soube que eu tinha essa pedra, eu lhe mostrei, e disse a ela que se ela quisesse poderia levar para expor no museu, mas depois eu queria minha pedra de volta. (Abderval, Caldeirãozinho, 2019).



Figura 5: Bola de Pedra na Casa do senhor Abderval.

O depoimento do senhor Abderval é muito interessante, pois, em primeiro lugar, demonstra como na construção das narrativas ou na elaboração das memórias sobre os bens locais busca-se ressaltar sua relevância associando-os às figuras - Niéde Guidon - ou instituições (Museu) que endossariam seu valor. Assim, elementos que são alheios à realidade de Caldeirãozinho são cooptados para promover a valorização do patrimônio local.

Em segundo lugar, a fala do senhor Abderval, ressalta a necessidade de repatriação do objeto, e aponta para o anseio de implementação de mecanismos que permitam uma guarda comunitária e compartilhada do patrimônio local. Assim, durante a entrevista o senhor Abderval afirmou que caso existisse um museu em Caldeirãozinho doaria sua “bola de pedra” para que ela ficasse exposta para a comunidade. Mas, que enquanto isso não se acontece, ela ficaria guardada em sua casa, e que quem quisesse vê-la poderia ir até lá que ele mostrava com satisfação.

Ainda em Caldeirãozinho, dois artefatos líticos nos foram apresentados por duas crianças, Maicon Assis (Figura 6) e Vinícius Ribeiro (Figura 7), que encontraram os "pilõezinhos" enquanto brincavam. Esses objetos encontrados em épocas e locais diferentes, chamaram a atenção desses garotos que levaram estes objetos para suas residências.

Eu estava brincando na rua alí atrás de casa, onde jogaram o aterro, quando eu vi no chão o pilõezinho, eu peguei, e trouxe para casa. (Maicon, Caldeirãozinho, 2019).



Figura 6: Maicon mostrando o pilão lítico que encontrou.

Vinicius, localizou o pilão em uma área chamada pela comunidade pelo nome de “Pendangas”. Essa área é apontada pelos moradores locais como sendo uma antiga ocupação indígena, onde são encontrados muitos materiais como pilões polidos, cerâmicas, pinturas, etc. que teriam sido produzidos pelos antigos “caboclos” que moravam na região antigamente. Nesse sentido, os pilões, coriscos e cacos de potes que são esporadicamente encontrados pelos moradores locais em seus afazeres diários, materializam o passado indígena da área, e fomentam lembranças sobre a avó que foi “pega a dente de cachorro” e/ou recordações sobre os “causos” que os velhos contavam sobre os “caboclos brabos” que viviam ali.



Figura 7: Vinicius apresentando o pilão lítico que encontrou.

Durante nossas conversas com nossos colaboradores, também fomos informados sobre um objeto que povoa as narrativas e o imaginário dos moradores locais e das comunidades vizinhas sobre o período escravagista na região. Este objeto era um banco de madeira (aroeira), que, segundo os relatos, era utilizado para prender os escravos que seriam açoitados. Atualmente, o dito banco esta sob posse do senhor Pedro Santos (Figura 8), que aceitou o convite para participar desse trabalho.

Esse banco pertencia ao senhor Grigorio, dono dos escravos aqui da região, e ele passou esse banco para sua filha, a Maria da Glória, mais conhecida como Sinhá Pequena, minha esposa, a Maria Rita, é neta da Sinhá Pequena, aí ela passou esse banco para minha esposa e nós guardamos ele aqui em casa até hoje. (Pedro Santos, Jurema, 2019).



Figura 8: Sr. Pedro e o Banco de Açoitar Escravos.

Sua esposa também concedeu uma entrevista, relatando a importância que esse banco tem para a memória da sua família, e do valor inalienável do mesmo segundo sua opinião.

Minha vó antes de falecer me deu esse banco, pediu que eu nunca o vendesse nem desse para ninguém, por isso guardo ele até hoje aqui em casa, já quiseram comprar oferecendo muito dinheiro, e eu não vendo. De vez em quando vem o pessoal das escolas com os professores ver o banco, aí eu deixo. (Maria Rita, Jurema, 2019).

Novamente, é interessante perceber que as relações afetivas, nutridas pelas experiências familiares, direcionam o processo de valorização e conservação de determinados bens. Não por

acaso, a maioria dos nossos colaboradores é enfática ao afirmar que não venderia esses bens; enquanto demonstra a disponibilidade, e até mesmo um certo orgulho, de permitir que outras pessoas possam conhecê-los e apreciá-los. Deste modo, mesmo enquanto “heranças de família”, esses objetos, e as histórias a eles associadas, acabam sendo compartilhados com outros membros da comunidade.

Assim, para além do valor financeiro que esses objetos podem possuir, para nossos colaboradores, sua relevância é auferida pela capacidade que eles têm de gerar recordações ou representar situações tanto de um passado recente e familiar, quanto de tempos longínquos. Portanto, mais uma vez, temos um exemplo de como a materialidade se porta enquanto uma “semente da rememoração”, catalisando lembranças tanto de experiências vivenciadas diretamente por nossos colaboradores, quanto de acontecimentos dos quais “o povo de antigamente” falava. Assim, ao mesmo tempo em que o “banco de açoitar escravos” remete ao tempo de infância no qual Dona Maria Rita brincava na casa de Sinhá Pequena, ele também é um símbolo do período escravagista da região. Período este que também é representado por outras “coisas” e espaços sobre os quais nossos colaboradores também julgaram importante falar e nos mostrar.



Figura 9: Senhor Pedro e a Antiga Casa da Sinhá Pequena.

Assim, fomos levados ao lado da casa do senhor Pedro e Dona Maria Rita, para conhecer onde ficava localizada a antiga casa da Sinhá Pequena, atualmente restando somente o alicerce dessa construção (Figura 9). Do mesmo modo, fomos informados que próximo aquele local, em um açude municipal, existe um afloramento rochoso conhecido como “Pedra da Maria Negra”

(Figura 10), que teria sido palco da trágica história de uma escrava que morou na região. Segundo o senhor Pedro:

Foi no século XVIII, uma negra escrava do senhor Grigorio, foi condenada a perder a guarda de seu filho que iria nascer pois não possuía pai, foi feito deitado no mato. Aí ela se revoltou com o anuncio do patrão, e quando a criança nasceu cometeu suicídio jogando-se dessa pedra no meio da lagoa, afogou ela e o filho. (Pedro Santos, Jurema, 2019).

Como pudemos perceber durante as entrevistas, os horrores da escravidão permeiam os objetos, os locais, e, principalmente, a memória coletiva dos moradores locais sobre o passado da região. Diferentes colaboradores nos recomendaram ir ver o “banco de açoitar escravo” para saber como o povo daquela época sofria, ou falavam da história da “Maria Negra” para ressaltar o tratamento desumano dado as pessoas escravizadas.



Figura 10: Senhor Pedro e a Pedra da Maria Negra.

Assim, nos relatos apresentados podemos observar como locais e fatos históricos, bem como exemplares de artefatos geológicos e arqueológicos estão cotidianamente associadas as atividades diárias desenvolvidas pelos moradores locais. Esses objetos acabam chamando atenção por suas formas e proporções e acabam sendo recolhidos pelas pessoas. Assim como foi registrado por Bezerra (2018), em Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros e Jurema os moradores acabam construindo narrativas e relações afetivas com esses objetos e locais, instituindo-lhes

valores que não podem ser mensurados financeiramente, tornando-os parte de suas trajetórias pessoais e da história de suas comunidades, patrimonializando-os no sentido pleno da palavra.

Considerações Finais

Nos exemplos apresentados anteriormente, nota-se que as coisas, as pessoas, as temporalidades, os locais, os eventos e o diálogo estão ontologicamente ligados à complexa rede de construção e transmissão da memória (M=C+P+T+L+E+TA). Em todos os casos citados, coisas e lugares “antigos”, por alguma eventualidade, se ligam a pessoas no “presente” promovendo a elaboração e transmissão de narrativas sobre essas coisas e lugares, ou sobre as pessoas a eles associadas.

Nesse processo, vivências e afetividades individuais se interconectam, doando as coisas e lugares sentidos e significados que, apesar de múltiplos, são compartilhados e construídos coletivamente. Assim, achados fortuitos e/ou heranças de família transfiguram-se em “sementes” para “rememoração” das histórias sobre os “caboclos brabo” e o “cabaré dos índios”; sobre a aparição de “livusias” e existências de locais “ripunosos”; sobre o início da colonização da região e dos maus-tratos infligidos as pessoas escravizadas nesse período.

Portanto, conhecer as narrativas sobre essas coisas e lugares nos leva a perceber a sua inquestionável adequação à categoria de patrimônio. Um patrimônio cuja valorização perpassa por fatores familiares e afetivos, que normalmente são desprezados pelo aparato legal e administrativo oficial, mas que sem dúvida nenhuma tem possibilitado tanto a preservação destes bens quanto a ampliação e aperfeiçoamento de nossa compreensão sobre os temas patrimoniais.

Pudemos perceber que em Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros e Jurema-PI as relações comunitárias com o patrimônio, extrapolam os sentidos meramente pragmáticos ou financeiros. Muitos de nossos colaboradores, relataram em entrevistas ou em conversas informais, que os objetos que eles possuem, são bens de valor sentimental, inalienáveis e que devem permanecer sob posse de seus familiares ao longo das gerações. Todavia, alguns também afirmavam que caso fosse construído um museu na localidade, doariam esses bens para que esses pudessem ser apreciados e se tornassem algo da comunidade. Talvez, em um futuro próximo, a

organização de um museu comunitário venha a se tornar uma demanda dos moradores locais, cabendo aos pesquisadores que atuam na área contribuir, mas não controlar esse processo.

Como discutido por Hodder (1999; 2003), o fomento de uma Arqueologia reflexiva, relacional e interativa perpassa, necessariamente, pelo envolvimento da comunidade local na definição, preservação e divulgação do patrimônio cultural. De acordo com o autor, este é um movimento decisivo na tentativa de inserir a produção do conhecimento em estruturas mais democráticas e éticas. Ou seja, para se afastar dos perigos do “eurocentrismo e do colonialismo” os cientistas devem incorporar em suas atividades (práticas e teóricas), meios que promovam a multivocalidade e a valorização do pluralismo, tornado possível assim uma abordagem inclusiva que promova o protagonismo de outros atores sociais.

Neste mister, como buscamos demonstrar ao longo desse trabalho, reconhecer a potencialidade e relevância dos saberes e da memória das comunidades locais é algo imprescindível, visto sua capacidade de catalisar meios e ações que possam incentivar a articulação dos diferentes segmentos da população em torno da divulgação, valorização e preservação de nosso patrimônio cultural.

Referências

AMARAL, A.M; SALVIO, V.L.; LEITE NETO, W.M. 2018. Apontamentos sobre as intervenções arqueológicas no Sítio Escola Terras de Caldeirãozinho, município de Jurema, Piauí. *Clio Arqueológica*, V33, N3, p.201-252,

BEZERRA, M. 2018. O Machado que vaza ou Algumas Notas Sobre as Pessoas e as Superfícies do Passado Presente na Amazônia. *Revista Vestígios* V. 12 N. 2.

CARDOSO, R. A. 2013. Arqueologia Musealizada e Educação Patrimonial: caminhos e desafios da transmissão do conhecimento nos museus recifenses. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE, Recife.

CATROGA, F. 2011. *Pátria e Nação*. Universidade de Coimbra.

CHOAY, F. 1992. *A Alegoria do Patrimônio*. Editora UNESP, 3º Edição.

COPÉ, S. M. 2006. Narrativas Espaciais da Ações Humanas: História e Aplicação da Arqueologia Espacial como Teoria de Médio Alcance, o Caso das Estruturas Semi Subterrâneas do Planalto Sul Brasil. *Revista de Arqueologia*.

CUNHA, J. L., 2003. Sujeitos que lembram: História Oral e Histórias de Vida. História da Educação, ASPHE/UFPel, Pelotas, n. 14, p- 63-77.

CURY, I. (org.) 2004. Cartas patrimoniais. IPHAN, 3º ed. Rio de Janeiro.

FETTERMAN, D. M. 1998. Ethnography step by step. 2. ed. Londres: Sage Publication.

FILHO, J. C. S. 2001. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. 4º ed. São Paulo: Cortez, p.13-59.

GEERTZ, C. 1989. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar.

GOMES, L. M. 2015. Arqueologia da Memória: Reflexões a Partir de Christoph Türcke. EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 38, p. 161-171, set./dez.

GONÇALVES, J. R. S. 1996. A Retórica da Perda: Os Discursos do Patrimônio Cultural no Brasil. Editora UFRJ/ Ministério da Cultura IPHAN.

HALBWACKS, M. 1990. A Memória Coletiva. Editora Revista dos Tribunais LTDA.

HODDER, I. 1999. The Archeological Process: an introduction. Oxford: Blackwell Publishers.

HODER, I. 2003. Archaeological Reflexivity and the “Local” Voice. Anthropological Quarterly, Vol. 76, No. 1 (Winter).

JUNIOR, M. 2014. História Geral e História do Brasil. VestCursos.

LAPLANTINE, F. 2004. A descrição Etnográfica. São Paulo: Terceira Margem.

MATTOS, C. L. G. 2001. A abordagem etnográfica na investigação científica UERJ.

MATURANA, H. 1998. Da biologia à psicologia. Porto Alegre: Artes Médicas.

MORGANTE, M. M.; NADER, M. B. 2014. O Patriarcado nos Estudos Feministas: Um debate teórico. Anais do XVI Encontro Regional de História do Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas.

ORLANDI, E. P. 1983. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Editora Pontes, 4º Edição.

ORTNER, S. B. 2011. Teoria na Antropologia Desde os Anos 60. MANA 17(2): 419-466.

POLLAK, M. 1989. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, V. 01. 2. n. 1.

POLLAK, M. 1992. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10.

RICHARDSON L. J.; ALMANSA-SÁNCHEZ J. 2015. Do you even know what public archaeology is? Trends, theory, practice, ethics. World Archaeology Vol. 47.

SMITH, L.; WATERTON, E. 2012. Heritage, Communities and Archaeology. First published in 2009 by Gerald Duckworth & Co. Ltd. Reprinted by Bristol Classical Press.

TREBITSCH, M. 1994. A Função Epistemológica e Ideológica da História Oral no Discurso da História Contemporânea. Coletânea História Oral e Multidisciplinaridade Marieta de Moraes Ferreira, Copyright © by CPDOC - Fundação Getúlio Vargas.

TÜRCKE, T. 2009. Philosophie des Traums. Litrix.